

Relatório do Conselho de Administração

2013



COOPERALIANÇA

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	8	4.1 Construção de redes	22
1 CONJUNTURA ECONÔMICA	9	4.2 Serviços executados – instalações de transformadores	23
1.1 Tarifas de Energia	9	4.3 Subestação Rincão	24
1.2 Investimento Remunerável	9	4.4 Loteamentos e Melhorias	24
1.3 Ambiente Regulatório	9	4.5 Vitorias nas Unidades Consumidoras	24
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	12	4.6 Iluminação Pública	24
2.1 Distribuição de energia elétrica	12	4.7 Centro de Operação e Distribuição - COD	24
2.2 Ligações de Consumidores	12	4.8 Análise de Projetos Elétricos	25
2.3 Comportamento do mercado	13	4.9 Balanço Energético - Janeiro/2013 a Dezembro/2013	25
2.4 Distribuição direta por classe de consumo	13	4.10 Conclusão	25
2.5 Receita	14	5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2014	26
2.6 Tarifas	15	5.1 Suprimento de Energia	26
2.7 Qualidade do fornecimento	15	5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	26
2.8 Tecnologia da informação	16	5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores	26
2.9 Novos negócios	16	5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão	26
2.10 Desempenho econômico-financeiro	16	5.4 Aquisição de Equipamentos	27
2.11 Investimentos	17	6 AUDITORES INDEPENDENTES	28
2.12 Valor adicionado	17	7 AGRADECIMENTOS	29
2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	17	DEMONSTRAÇÕES	CONTÁBEIS
2.14 Composição das quotas do capital social	17	SOCIETÁRIAS	30
2.15 Comportamento do preço das quotas	18	Balanço Patrimonial - Ativo	31
2.16 Atendimento aos associados e consumidores	18	Balanço Patrimonial - Passivo	32
3 GESTÃO	19	Demonstração do resultado	33
3.1 Planejamento Empresarial	19	Demonstração do Resultado	34
3.2 Recursos Humanos	19	Demonstração do resultado Abrangente	35
3.3 Responsabilidade Social	19	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	36
3.4 Responsabilidade Ambiental	19	Demonstração do Fluxo de Caixa	37
3.5 Concessionária em números	19	Demonstração do Valor Adicionado DVA	38
3.5.1 Atendimento	19	NOTAS EXPLICATIVAS	39
3.5.2 Mercado	20	1 CONTEXTO OPERACIONAL	40
3.5.3 Dados Operacionais	20		
3.5.4 Dados Financeiros	20		
3.5.5 Indicadores de Desempenho	20		
3.6 Área de concessão	21		
4 – Desempenhos Comerciais	22		

2	DA CONCESSÃO	40	26	OUTRAS CONTAS A PAGAR	56
3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40	27	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	56
4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	41	28	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	57
5	DISPONIBILIDADES	45	28.1	Fiscais.....	57
5.1	Numerário em Trânsito	45	28.2	Trabalhistas	57
6	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	45	29	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	57
7	CONSUMIDORES	45	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	58
8	RENDAS A RECEBER	46	30.1	Capital social	58
9	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	47	30.2	Reservas de capital.....	58
10	OUTROS CRÉDITOS	47	30.3	Ajuste de avaliação patrimonial.....	58
11	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	48	30.4	Reserva de sobras	59
12	ESTOQUE	48	31	RECEITA OPERACIONAL.....	60
13	SERVIÇOS EM CURSO	48	31.1	Fornecimento energia elétrica.....	60
14	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	48	31.2	Uso do sistema de distribuição	60
15	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	49	31.3	Receita de construção.....	60
16	INVESTIMENTOS.....	49	31.4	Arrendamentos e aluguéis	60
17	IMOBILIZADO	49	31.5	Doações, contribuições e subvenções.	61
17.1	Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	53	31.6	Serviço e outras receitas.....	61
18	FORNECEDORES.....	53	32	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	61
19	FOLHA DE PAGAMENTO	53	32.1	Impostos	61
20	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	54	32.2	Encargos do Consumidor	61
21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	54	33	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.	62
21.1	CIRCULANTE	54	34	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	62
21.2	NÃO CIRCULANTE	55	35	DESPESAS OPERACIONAIS	62
22	CREDORES DIVERSOS	55	36	RESULTADO FINANCEIRO	62
23	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	55	37	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63
24	ENCARGOS DO CONSUMIDOR.....	56	38	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	63
25	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....	56	39	PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	63
			40	TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	64
			41	SEGUROS	64

42 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)64

43 EVENTOS SUBSEQUENTES64

PARECER DO CONSELHO FISCAL65

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES..66

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS.....68

Balanco Patrimonial - Ativo.....69

Balanco Patrimonial - Passivo.....69

Demonstração do Resultado.....70

NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS72

[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS73

[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE73

[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO).....74

[4] IMOBILIZADO74

[5] INTANGÍVEL.....75

[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS.....76

[7] RESERVAS DE SOBRAS.....76

[8] RECEITA DE CONSTRUÇÃO..... 77

[9] AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS..... 77

[10] RESULTADO NÃO OPERACIONAL 77

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES..... 78

BALANÇO SOCIAL – 2013..... 79

ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE 79

PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE..... 79

FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO 79

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D..... 80

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE80

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2013.. 82

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2013. 83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 84

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL 86

PARTICIPAÇÕES..... 90

Relatório da Administração



SENHORES ASSOCIADOS,

Cumprindo as determinações legais e estatutárias, a administração desta cooperativa apresenta o relatório das principais atividades do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

No mesmo relatório, apresentamos as demonstrações contábeis regulatórias, como é proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, para atender as normas do setor do setor elétrico brasileiro.

Ainda, as Demonstrações do fluxo de caixa, e Demonstração do Valor Adicionado – DVA, na intenção de divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança para os associados, consumidores, e sociedade em geral. A Ata da Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2013 também é parte integrante deste relatório.

Para estreitar o contato deste relatório aos associados desta empresa, e como forma de transparência da gestão, nossa página na internet traz o mesmo na íntegra. (www.cooperaliança.com.br).

CARTA DO PRESIDENTE

Caro associado,

Em 50 anos de Cooperaliança servimos como exemplo para muitas empresas de nossa região. Exemplo de crescimento e de evolução. Nascemos como uma pequena cooperativa, e hoje somos uma grande concessionária. Quando falamos em evolução estamos nos baseando no fato de não termos parado no tempo, no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico brasileiro.

Nossa redes recebem constantes manutenções preventivas e corretivas; Nossos equipamentos dão aos nossos colaboradores plenas condições de trabalho, e segurança; Temos uma subestação, construída recentemente, que dá ao consumidor o direito de que uma energia com qualidade chegue em suas residências. Novas empresas tem se instalado em nossa região, e vemos a cada dia nossa cidade, e os municípios que levamos nossa energia crescerem aceleradamente.

Vivemos num constante crescimento, ligando novas unidades consumidoras em nossas redes, atendendo aos inúmeros chamados de nossos consumidores, realizando investimentos necessários para o bom funcionamento de nossa cooperativa.

Entregamos, então, este relatório, com os dados destas atividades, descrevendo o nosso desempenho operacional no período de 2013, como funcionou a nossa gestão, o nosso desempenho comercial, informações sobre auditorias, números, e um planejamento para o ano de 2014.

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo da terceira revisão tarifária periódica - RTP, do ano de 2013. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 15,42% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 14 de agosto de 2013 a 13 de agosto de 2014. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 1.580, de 6 de agosto de 2013, e nota técnica nº 331/2013 – SER/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possui fins lucrativos.

*Capítulo II
Das Sociedades Cooperativas.*

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

1.3 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências vigentes no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

Decreto Lei nº 7.520 de 08/07/2011 publicada em 11/ 07/2011:

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.583 de 13/10/2011 publicada em 13/ 10/2011:

Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.656 de 23/12/2011 publicada em 26/ 12/2011:

Altera o Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014.

Resolução Normativa nº 471 de 20/12/2011 publicada em 20/01/2012:

Estabelece os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

Resolução Normativa nº 470 de 13/12/2011 publicada em 22/12/2011:

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

Resolução Normativa nº 396 de 23/02/2010 publicada em 08/03/2010:

Institui a contabilidade regulatória, e passa o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a finalidade das práticas e orientações contábeis, às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica; e revoga todas as demais disposições em contrário.

Resolução Homologatória nº 1.574 de 20 de julho de 2013, publicada em 06/08/2013:

Homologa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs referentes à Celesc Distribuição S.A. – Celesc-DIS e dá outras providências.

Resolução Homologatória nº 1.580 de 06 de agosto de 2013, publicada em 12/08/2013:

Homologa o resultado da terceira revisão tarifária periódica – RTP da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, as Tarifas de Energia – TE e dá outras providências.

Resolução Autorizativa nº 4.263 de 06 de agosto de 2013, publicada em 12/08/2013:

Estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, para o conjunto de unidades consumidoras da área de concessão da Cooperativa Aliança - Cooperaliança, para o período 2014-2017.

Resolução Normativa nº 367, publicada em 2/06/2009:

Aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e dá outras providências.

Resolução nº 543 de 11 de dezembro de 2001, publicada em 12/12/2001:

Aprova o reagrupamento das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Aliança- Cooperaliança.

Resolução normativa nº 572 de 13 de agosto de 2013, publicada em 14/08/2013:

Estabelece o procedimento para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e para validação do cálculo da Diferença Mensal de Receita – DMR.

Resolução normativa nº 574 de 20 de agosto de 2013, publicada em 28/08/2013:

Estabelece a metodologia e os limites para os indicadores de qualidade comercial DER – Duração Equivalente de Reclamação e FER- Frequência Equivalente de Reclamação e dá outras providências.

Resolução normativa nº 581 de 11 de outubro de 2013, publicada em 06/11/2013:

Estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Resolução normativa nº 63 de 12 de maio de 2004, publicada em 13/05/2004:

Aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalação e serviços de energia elétrica, bem como às entidades

responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.

Resolução homologatória nº 1.666 de 10 de dezembro de 2013, publicada em 13/12/2013:

Estabelece, para o ano de 2014, as cotas de custeio e de energia referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

Resolução normativa nº 414 de 09 de setembro de 2010:

Estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.

Resolução normativa nº 313 de 13 de maio de 2008:

Estabelece critérios e procedimentos para repasse ao consumidor residencial e rural, na forma de bônus, do saldo positivo da conta de comercialização da energia elétrica de ITAIPU.

Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) tem caráter normativo e consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários. A estrutura do PRORET foi aprovada pela Resolução Normativa nº 435/2011, sendo que ele está organizado em 10 módulos, que por sua vez estão subdivididos em submódulos.

Os Procedimentos de Distribuição - PRODIST são documentos elaborados pela ANEEL e normatizam e padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em cinco dos 295 municípios do Estado, atendendo 34.806 consumidores cativos e um consumidor livre, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

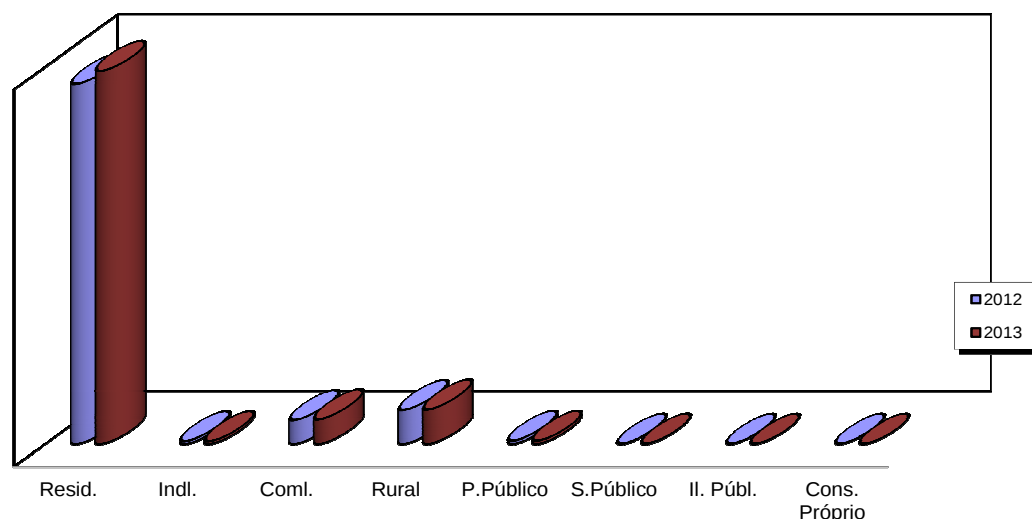
Em 2013, a Cooperaliança registrou um crescimento de 3,39% em seu número de consumidores, e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 6,79%. Motivo que impulsiona a concessionária a realizar cada vez mais investimentos em sua área de concessão.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2013 apresentou um crescimento de 3,39% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2013	2012	%
Residencial	29.660	28.630	3,60
Industrial	212	209	1,44
Comercial	1.943	1.883	3,19
Rural	2.722	2.686	1,34
Poder público	243	238	2,10
Iluminação pública	5	4	25,00
Serviço público	15	10	50,00
Consumo próprio	7	7	0,00
TOTAL	34.807	33.667	3,39

Crescimento de Mercado



2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, o mercado da concessionária cresceu 6,79% no ano de 2013, em relação a 2012, e aponta ainda para uma perspectiva de crescimento de demanda para o ano de 2014, resultante da previsão de crescimento nacional, e implantação de novas indústrias em nossa área de concessão.

2.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2013 foi de 182.006 MWH e no mercado livre de 4.561 MWH registrando um crescimento no mercado da concessionária de 6,79% em relação a 2012.

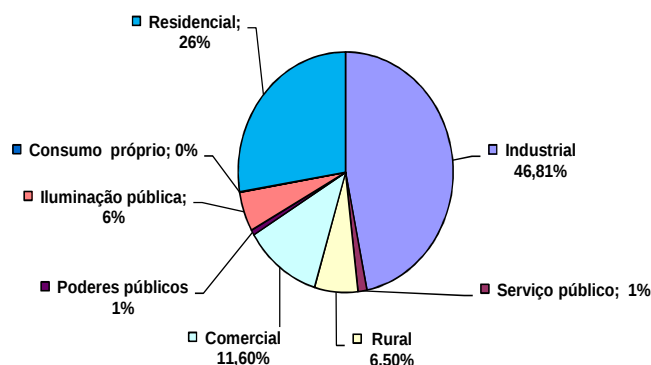
Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a classe Consumo Industrial, Serviços Públicos e Residencial.

A classe Industrial, com incremento de 11,35% em relação a 2012. A classe Serviços Públicos contribuiu com o aumento de 11,70%, acompanhada da classe Residencial com 7,20% em relação a 2012, resultante da implantação de novos empreendimentos, e crescimento vegetativo.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2013	2012	%
Residencial	51.534	48.073	7,20
Industrial	82.763	74.327	11,35
Industrial – Livre	4.561	6.187	(26,28)
Comercial	21.638	20.613	4,97
Rural	12.133	12.184	(0,42)
Poderes Públicos	1.368	1.289	6,13
Serviços Públicos	2.558	2.290	11,70
Iluminação Pública	9.885	9.617	2,79
Consumo Próprio	127	131	(3,05)
TOTAL	186.567	174.711	6,79

CONSUMO POR CLASSE

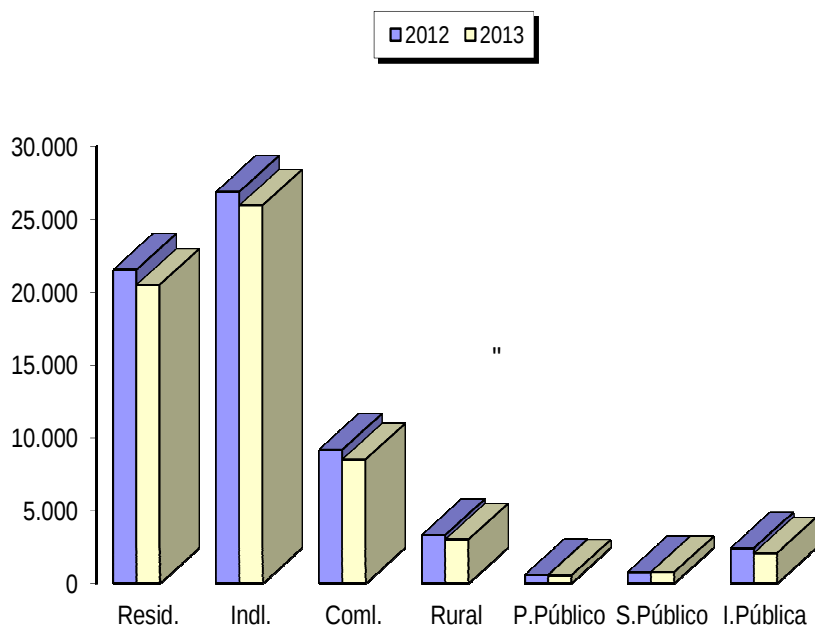


2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 55.056 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2013	2012	%
Residencial	20.480	21.528	(4,87)
Industrial	25.934	26.875	(3,50)
Comercial	8.505	9.176	(7,31)
Rural	3.015	3.319	(9,16)
Poderes públicos	538	564	(4,61)
Iluminação pública	2.062	2.404	(14,23)
Serviço público	768	758	(1,32)
Consumo próprio	-	-	-
Renda não faturada	122	262	(53,43)
Sub-Total	61.424	64.886	(5,34)
Serviços	655	344	90,41
Arrendamentos e aluguéis	569	535	6,36
Doações, Contribuições e Subvenções	3.465	-	100
Receita de construção	3.682	2.117	73,93
Sub-total	69.795	67.882	2,82
ICMS	(13.365)	(13.957)	(4,24)
PIS/COFINS	(368)	(340)	8,23
ISSQN	(4)	-	100
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(1.002)	(4.961)	(79,80)
TOTAL	55.056	48.624	13,23

RECEITA LÍQUIDA



2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2013, foi de R\$ 256,58 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2013	2012
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	331,90	375,21
Industrial	219,86	246,44
Comercial	294,91	334,01
Rural	205,91	225,01
Poder público	323,38	360,70
Serviço público	225,23	248,24
Iluminação pública	222,57	247,60
Consumo próprio	137,91	153,22
MÉDIA	256,58	288,16

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
Impostos	69,98	73,33	100,20	43,47	75,75	56,30	73,70
PIS	0,79	0,03	0,37	0,17	0,95	0,12	-
COFINS	3,69	0,14	1,70	0,79	4,38	0,54	-
ICMS	65,50	73,16	98,13	42,51	70,42	55,64	73,70
Taxas	7,07	7,07	7,07	7,07	7,07	7,07	7,07
Fiscalização	0,41	0,41	0,41	0,41	0,41	0,41	0,41
CCC	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
RGR	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22
CDE	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13
PEE/P&D	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69
Total custo/despesas	324,83	212,79	287,84	198,84	316,31	215,50	356,07
Custo da energia comprada	170,50	170,50	170,50	170,50	170,50	170,50	170,50
Despesas de pessoal	25,54	25,54	25,54	25,54	25,54	25,54	25,54
Outras despesas operacionais	128,79	16,75	91,80	2,80	120,27	19,46	160,03
Tarifa bruta concessionária. (*)	401,88	293,19	395,11	249,38	399,13	278,87	436,84

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	5,31	5,24	3,96	4,22	0,63	0,30

2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2013, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de quatro microcomputadores para substituição dos mais obsoletos.
- Atualização da Agência Virtual.
- Aquisição de servidor de dados e antivírus.
- Aquisição do novo firewall implantado (controle de internet e Emails)

2.9 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

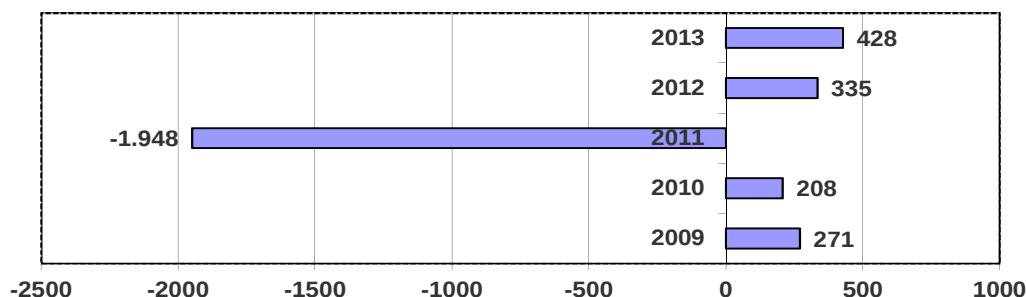
2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2013, a sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 428 mil contra R\$ 335 mil o que representou um acréscimo de 27,76%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2013, R\$ 55.056 mil, enquanto em 2012 o resultado foi de R\$ 48.624 mil, representando um aumento de 13,22%.

Já o serviço de energia elétrica de 2013 foi de 51.971 mil contra 45.077 mil em 2012 representando um aumento de 15,29% isso ocorreu principalmente pela aumento no custo de aquisição da energia elétrica para revenda.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



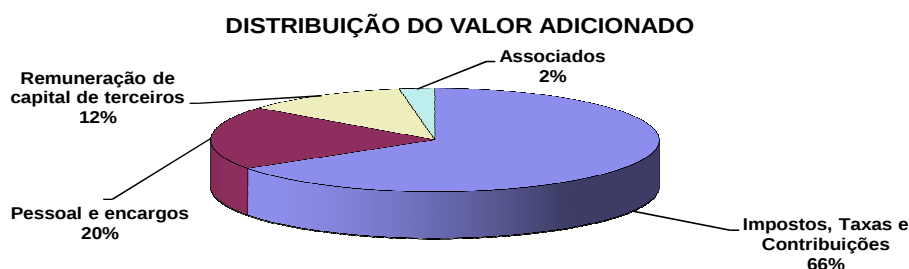
2.11 Investimentos

Em 2013, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 3.189 mil, (72,85%) superiores em relação a 2012, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2013	2012	%
Obras de Distribuição	2.782	1.822	52,69
Instalações Gerais	76	23	230,43
Veículos	331	-	100,00
TOTAL	3.189	1.845	72,85

2.12 Valor adicionado

Em 2013, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 23.677 mil, representando 33,92% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, sendo que essas sobras foram destinadas pela assembleia ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.14 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da concessionária era de R\$ 1.326 milhões, composto por 1.325.942 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2012	33.899	1.306
Total de associados em Dez/2013	34.258	1.326

2.15 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máxima, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.16 Atendimento aos associados e consumidores

O associado e consumidor da Cooperaliança possui vários canais de atendimento, e conforme a seu tipo de atendimento, não é necessário nem sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um teleatendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de um atendimento fora do horário habitual pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante todo o dia, das 7h45min às 18 horas, sem fechar ao meio dia. Para os demais setores administrativos, o atendimento na sede é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h30min às 18horas.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leal – 148, Centro, e o atendimento funcionam das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. E em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período matutino.

O teleatendimento da Cooperaliança funciona 24 horas, através do 0800 48 4040, em horário comercial atendimentos emergenciais, e problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão casos relacionados à interrupção de energia, e solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar a Agência, basta acessar o site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço. Através dele, acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimentos das necessidades dos consumidores.

3.2 Recursos Humanos

Em 2013 a concessionária investiu R\$ 30 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2013	2012	%
Número de consumidores	34.807	33.667	3,39
Número de empregados	90	81	11,11
Número de consumidores por empregado	387	416	(6,97)
Número de postos de atendimento	04	04	0,00

3.5.2 Mercado

	2013	2012	%
Área de concessão (Km ²)	569,21	569,21	0,00
Demanda máxima (MW)	42,867	41,756	2,66
Distribuição direta (MWH)	186.567	174.711	6,79
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,737	1,679	3,45
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	256,58	288,16	(10,96)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	331,90	375,21	(11,54)
Industrial	219,86	246,44	(10,79)
Comercial	294,91	334,01	(11,71)
Rural	205,91	225,01	(8,49)
Poder Público	323,38	360,70	(10,35)
Serviços Públicos	225,23	248,24	(9,27)
Iluminação Pública	222,57	247,60	(10,11)
Consumo próprio	137,91	153,22	(9,99)
DEC (horas) – Conjunto – Içara	5,31	5,24	1,34
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	3,96	4,22	(6,16)

3.5.3 Dados Operacionais

	2013	2012	%
Número de subestações	01	01	0,00
Linhas de distribuição (km)	1.517	1.497	1,34
Capacidade instalada (MVA)	100,7	100,7	0,00

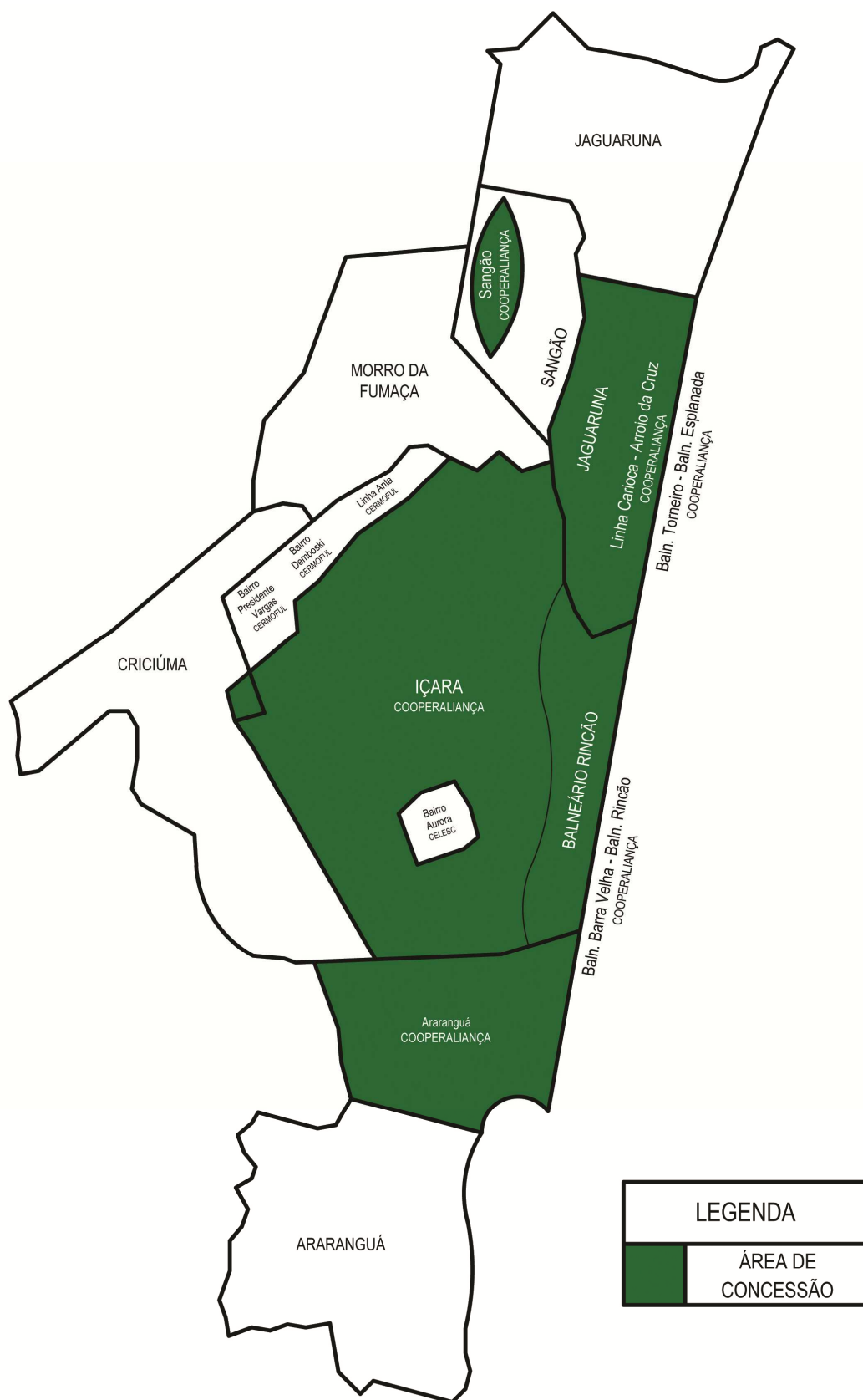
3.5.4 Dados Financeiros

	2013	2012	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	69.795	67.882	2,82
Receita operacional líquida (R\$ mil)	55.056	48.624	13,23
Margem operacional do serviço líquida (%)	3,52	3,61	(2,49)
Sobras líquidas (R\$ mil)	599	623	(3,85)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	25.972	32.388	(19,81)
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	108,39	88,45	22,54
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2013	2012	%
Salário médio dos funcionários em R\$	3.311	3.395	(2,47)
Energia comprada por funcionário em MWH	2,073	2,156	(3,85)
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,36	5,19	3,28

3.6 Área de concessão



4 – Desempenhos Comerciais

4.1 Construção de redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Sanga Funda	150	350		
Corda Bamba	700	250	150	300
Linha Três Ribeirões	450	600	300	200
Linha Esbregue	1000	600		
Linha Pasqualine	450	300		
Lombas	400	350	250	350
Esplanada	400	350	600	800
Centro	1100	450	700	250
Jardim Elizabete	3600	1300		
Poço 03	300		650	250
Boa Vista	800	750	650	200
Barracão	650			
Liri	350	600		
Coqueiros	450		600	
Linha Zilli	350	350	250	100
Lagoa do Faxinal				
Esperança	250	550	450	600
Loteamento Jussara	250	150	300	250
Vila Nova	1200	1050	150	200
1ª Linha	600	800	850	200
Nossa Senhora de Fátima	300			
Urussanga Velha	300		250	
4ª Linha	250	350	200	150
Santa Cruz	550		200	
Linha Candioto	350		300	
Jaqueline	750	300	250	
Poço 08	350	750		
2º Linha	1500	1000	350	
3ª Linha	350	650	300	450
Total	18150	11850	7750	4300

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Bal. Esplanada	1600	300	1300	100
Torneiro	500	300		500
Arroio da Cruz	800		300	
Linha Carioca			450	
Total	2900	600	2050	600

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Campo do Sangão	200	150	1300	
Pontão	200			
Total	400	150	1300	
Município de Bal. Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	

Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Centro	2500	900	700	1150
Pedreiras	450	150	150	200
Lagoa do Faxinal	2800	2250	450	
Lagoa dos Esteves	350			
Barra Velha	350	200	350	150
Total	6450	3500	1650	1500

Neste período, tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 16,1 km de Alta Tensão e 27,9 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 6,4 km de Alta Tensão e 12,7 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços executados – instalações de transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Esperança	1/45	1/30 p/ 1/75
3ª Linha	1/45	
Linha Três Ribeirões	1/45	
Centro	1/150	1/75p/1-112,5
Linha Esbregue	2/75 1/30	
Jardim Elizabete	2/75 1/112,5 1/30	
Linha Pasqualini	1-150 1/30	
Boa Vista	1/30 1/15	1/15p/1/30
Poço 03	1/30 1/45	
Sanga funda	1/10	1/30 p/ 1/75
Liri	1/30 2/45 1/112,5	
Poço 08	1/300 1/30	1/30 p/ 1/75
Vila Nova	1/45 2/75	
Corda Bamba	1/75	
4ª Linha	1/150	
Barracão	1/75	
Jaqueline	1/30 1/45	
2º Linha	3/45	
Esplanada	1/300 2/45	
Lombas	1/30	
Vila São Jose	1/112,5	1/75 p/ 1/300
Loteamento Jussara	1/75	
1º de Maio	2/45 1/75	
Total - Potência	44 transformadores – 3.017 kVA	6 transformadores – 412 kVA

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Arroio da Cruz	1/45	
Torneiro	1/75	2/45 p/ 2/75
Linha Carioca	1/30	
Balneário Esplanada	1/45	3/45 p/ 3/75
Total - Potência	4 transformadores - 195 kVA	5 transformadores 150 kVA

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Sangão	1/150 1/45 1/30	1/30 p/1/75
Rio São Cristóvão		
Rio Rincão		
Pontão		
Total - Potência	3 transformadores - 225 kVA	1 transformador – 45 kVA

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Bal. Rincão centro	3/75 1/45	3/45 p/ 3/75
Lagoa dos Freitas		2/30 p/ 2/75
Pedreiras	1/45	2/45 p/ 2/75
Lagoa do Faxinal	1/30 1/15	
Lagoa dos Esteves		
Barra Velha		
Total - Potência	7 transformadores - 360 kva	7 transformadores–240kva

Neste período foram instalados 58 novos transformadores e ampliados 15, totalizando 73 subestações, aumentando em 4,6 MVA a Potência Instalada nas Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua carga máxima no mês de janeiro, onde foram utilizados 70% de sua capacidade instalada no horário de ponta, sinalizando obras de ampliação da mesma para os próximos anos.

4.4 Loteamentos e Melhorias

Obras de melhorias nos loteamentos com troca de postes e recondutoramento do sistema de distribuição com ampliação de cargas.

4.5 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 4.789 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

4.6 Iluminação Pública

A Cooperaliança finalizou os serviços de iluminação pública nos municípios dentro de sua área de concessão, passando a ser de responsabilidade do poder público.

4.7 Centro de Operação e Distribuição - COD

A Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 3.463 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Também orientou os consumidores nos procedimentos de instalações elétricas em novas unidades consumidoras.

4.8 Análise de Projetos Elétricos

A Cooperaliança em parceria com a Fecoerusc, concluiu as normas para o sistema de distribuição de energia elétrica.

A área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a unidade consumidora, orientando os consumidores no que for necessária à segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 496 projetos sendo, 432 residenciais, 46 comerciais, 12 industriais e seis loteamentos.

4.9 Balanço Energético - Janeiro/2013 a Dezembro/2013.

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora, a CELESC, um total de 204.318 Mwh/ano e distribuiu 186.572 Mwh /ano, as perdas somam o montante de 17.746 Mwh, totalizando um percentual de 8,69 %.

4.10 Conclusão

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança apresentou um crescimento expressivo ao longo do ano, principalmente a classe industrial e comercial.

Em atendimento a demanda do sistema elétrico, foi realizada manobras de cargas nos alimentadores possibilitando o deslocamento da demanda.

A Subestação Rincão teve um carregamento do transformador em 70% da sua capacidade no horário de ponta, sinalizando obras de ampliação para os próximos anos.

5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2014

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando cada ano.

Para atender a demanda máxima no período de verão é necessário planejar nosso sistema de distribuição de energia elétrica, para que possamos atender aos incrementos de cargas sazonais entre as subestações.

5.1 Suprimento de Energia

A Cooperaliança tem a Celesc como supridora dos pontos: Sangão, Içara e Rincão. Os contratos são realizados baseados na demanda máxima anual.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por dez alimentadores com tensão nominal de 13,8 kV, sendo cinco provenientes da subestação de Içara (Iça-02, Iça-03, Iça-04, Iça-05, Iça-07), e o sexto alimentador é oriundo da subestação de Jaguaruna (Jva-01).

Com a implantação da Subestação Rincão, o sistema de distribuição passou a operar com os seguintes alimentadores da SE Rincão: Rao-01, Rao-02, Rao-03 e Rao-04, e com dez alimentadores.

Foram realizadas manutenção preventivas e corretivas nos sistemas de distribuição de energia elétrica, inspeções térmicas nos alimentadores e Subestações, e transferência de cargas entre os circuitos para garantir o bom funcionamento operacional do sistema elétrico.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Rao-01	Vila nova / Barracão	130.000,00	Adequação de novo circuito de Alta tensão
2	Iça-02 Rao-01	Linha Zilli / BR 101- Fazenda Esperança	160.000,00	Adequação Rede de Alta Tensão ao junto ao sistema de transmissão de 69 kV.
3	Iça-03	Novo alimentador Liri até divisa com Criciúma.	70.000,00	Novo circuito de Alta Tensão.
4	Iça-04	Novo alimentador centro de Içara Bairro Primeiro de Maio.	95.000,00	Novo anel do sistema de distribuição para transferência de cargas.
	Total		455.000,00	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	35	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos, e instalações redes multiplexadas	270.000,00	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos. Aumento de carga.
1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	180.000,00	Manutenções corretivas e preventivas.
	Total		450.000,00	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
60	Transformador	360.000,00	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
1.500	Medidores de Energia	250.000,00	Atender ao crescimento de mercado
Total		610.000,00	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 1.515.000,00

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2013.

7 AGRADECIMENTOS

Cooperação é o ato de cooperar, de ajuda mútua, de dar a mão. Não há quem diga que na vida nunca contou com o apoio e cooperação de alguém.

Somos uma cooperativa, e desde a nossa criação distribuímos energia elétrica, e cooperamos. Estamos presentes no desenvolvimento de uma região inteira, acompanhamos o crescimento de muitas empresas, e fizemos parte da história de todas elas. Vimos brotar nos campos a plantação que mata a fome, que gera economia, que dá a vida.

Nas entidades sociais, distribuímos energia elétrica, e também a energia da união. E quando falamos que vimos, participamos, e cooperamos, não estamos dizendo que fizemos nós, um grupo de diretores apenas. Contamos com a ajuda de um grande grupo, de milhares de pessoas, entre associados, consumidores, Conselhos de administração e fiscal, Delegados da Fecoerusc, e colaboradores.

Queremos registrar o nosso agradecimento a todos. Aos sócios e consumidores, obrigado pela confiança em nosso trabalho. Aos diretores, conselheiros e delegados, obrigado pelo esforço em continuar exercendo a nossa missão, que é distribuir energia elétrica com ética e transparência.

Aos nossos colaboradores, o nosso Muito Obrigado pelo suor emprestado ao desenvolvimento, pelo comprometimento com a qualidade em distribuição de energia, pelo atendimento a cada associado e consumidor que nos procuram diariamente.

Enfim, gostaríamos de registrar o nosso agradecimento a todos que fizeram, e ainda fazem parte desta história. Muito obrigado!

Içara – SC 17 de março de 2014.

Jorge Rodrigues
Presidente em Exercício

Severiano Antônio Valentim
Secretário

Demonstrações Contábeis Societárias



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2013	2012
ATIVO			
Circulante	Notas	11.168	11.570
Numerário disponível	5	150	110
Aplicações no mercado aberto	6	-	302
Numerário em trânsito	5.1	776	319
Consumidores	7	10.752	11.443
Rendas a receber	8	200	217
Tributos a compensar	9	392	220
Outros Créditos	10	822	611
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(2.683)	(2.471)
Estoque	12	154	115
Serviço em curso	13	591	668
Prêmios de seguros	14	14	36
		42.955	49.466
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		28.224	25.434
Tributos a compensar	9	107	147
Consumidores	7	1.575	1.575
Outros Créditos	10	12	112
Ativo Indenizável (concessão)	17	26.503	23.590
Depósitos judiciais	15	27	10
		28.224	25.434
Investimentos	16	2.136	2.150
Intangível	17	13.276	22.212
Participação financeira do consumidor	17.1	(681)	(330)
		54.123	61.036
TOTAL DO ATIVO		54.123	61.036

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2013	2012
PASSIVO			
Circulante	Notas	19.330	15.878
Fornecedores	18	6.799	5.443
Folha de pagamento	19	244	236
Tributos e contribuições sociais	20	2.104	2.203
Empréstimos e financiamentos	21.1	6.917	4.727
Credores diversos	22	529	283
Obrigações estimadas	23	484	437
Encargos do consumidor a recolher	24	41	336
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	25	1.476	1.443
Outras contas a pagar	26	736	770
Não Circulante		8.821	12.770
Tributos e contribuições sociais	20	-	443
Empréstimos e financiamentos	21.2	7.337	10.925
Provisões para contingências	28	1.484	1.402
Patrimônio Líquido		25.972	32.388
Capital social	30.1	1.326	1.306
Reservas de capital	30.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	30.3	3.359	10.821
Reservas de Sobras	30.4	8.237	8.263
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	30.4	61	48
Reserva para geração de energia	30.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	30.4	10.169	9.223
Fundo de expansão da sede social	30.4	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	30.4	428	335
TOTAL DO PASSIVO		54.123	61.036

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2013	2012
Receita Operacional		69.795	67.882
Fornecimento de energia elétrica	31.1	36.403	38.932
Uso do sistema de distribuição	31.2	25.021	25.954
Receita de construção	31.3	3.682	2.117
Arrendamento e aluguéis	31.4	569	535
Doações, Contribuições e Subvenções	31.5	3.465	-
Serviços	31.6	655	344
(-) Deduções da receita operacional		14.739	19.258
ICMS	32.1	13.365	13.957
PIS-PASEP	32.1	65	60
COFINS	32.1	303	280
ISSQN	32.1	4	-
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	32.2	1.002	4.961
(=) Receita Operacional Líquida		55.056	48.624
(-) Custo do serviço de energia elétrica		51.971	45.077
Energia elétrica comprada para revenda	33	33.700	27.163
Encargo de uso do sistema de distribuição	34	2.486	5.382
Custo de operação		15.785	12.532
Pessoal e administradores	35	5.535	5.098
Material		727	595
Serviços de terceiros		3.088	2.233
Depreciação e amortização		2.369	1.985
Custo de Construções		3.682	2.117
Provisões		384	504
(=) Sobra Bruta		3.085	3.547
(-) Despesas operacionais		626	1.098
Despesas com vendas		39	38
Despesas gerais e administrativas		404	433
Outras despesas operacionais		183	627
(=) Resultado do serviço		2.459	2.449
(+/-) Receita (despesa)/financeira		(1.860)	(1.826)
Receita financeira	36	944	991
Despesa financeira	36	2.804	2.817
(=) Resultado operacional		599	623
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda		599	623
(-) Contribuição Social		0	0
(-) Imposto de Renda		0	0
(=) Sobras do exercício		599	623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	59.179	10.616	69.795
Fornecimento de energia elétrica	31.259	5.144	36.403
Uso do sistema de distribuição	21.220	3.801	25.021
Receita de construção	3.162	520	3.682
Arrendamento e aluguéis	-	569	569
Doações, Contribuições e Subvenções	2.966	499	3.465
Serviços e outras receitas	572	83	655
(-) Deduções da Receita Operacional	12.186	2.553	14.739
ICMS	11.332	2.033	13.365
PIS-PASEP	-	65	65
COFINS	-	303	303
ISSQN	4	-	4
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	850	152	1.002
(=) Receita Operacional Líquida	46.993	8.063	55.056
(-) Custo do serviço de energia elétrica	44.066	7.905	51.971
Energia elétrica comprada para revenda	28.574	5.126	33.700
Encargo de uso do sistema de distribuição	2.108	378	2.486
Custo de operação	13.384	2.401	15.785
Pessoal e administradores	4.693	842	5.535
Material	616	111	727
Serviços de terceiros	2.618	470	3.088
Depreciação e amortização	2.009	360	2.369
Custo de Construção	3.122	560	3.682
Provisões	326	58	384
(=) Sobra Bruta	2.927	158	3.085
(-) Despesas operacionais	530	96	626
Despesas com vendas	33	6	39
Despesas gerais e administrativas	342	62	404
Outras despesas operacionais	155	28	183
(=) Resultado do serviço	2.397	62	2.459
(+/-) Receita (despesa) financeira	(1.577)	(283)	(1.860)
Receita financeira	800	144	944
Despesa financeira	2.377	427	2.804
(=) Resultado operacional	820	(221)	599
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	820	(221)	599
(-) Contribuição Social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras do exercício	820	(221)	599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	599	623
(+/-) Resultado Abrangentes	623	335
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	221	204
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (associados)	402	131
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.222	958
RESULTADOS COM TERCEIROS	(149)	(183)
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(221)	(204)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não associados)	72	21
Base para Destinações Legais e Estatutárias	1.222	958
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	122	96
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	61	48
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	611	479
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	428	335

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro					Saldo à disposição da A.G.O	Total
				Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de exp. Da sede social		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.278	873	9.613	8.350	1.148	4	8.744	371	-	30.381
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas	28									28
Capital a integralizar										-
Realização de reservas e fundos			(152)			(4)			335	179
Aumento de reservas										-
Resultado do exercício (Associados)									827	827
Resultado do exercício (Não associados)				(183)					(204)	(387)
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva				96					(96)	-
FATES						48			(48)	-
Fundo exp. e manut. Sist. distr.							479		(479)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial			1.360							1.360
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.306	873	10.821	8.263	1.148	48	9.223	371	335	32.388
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas	20									20
Capital a integralizar										-
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas e fundos			(883)			(48)			623	(308)
Aumento de reservas							335		(335)	-
Resultado do exercício (Associados)									820	820
Resultado do exercício (Não associados)				(148)					(221)	(369)
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva				122					(122)	-
FATES						61			(61)	-
Fundo exp. e manut. Sist. de distr.							611		(611)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial			(6.579)							(6.579)
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Ajustes de avaliação patrimonial										-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.326	873	3.359	8.237	1.148	61	10.169	371	428	25.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	599	623
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	2.581	2.482
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212	497
Depreciação e amortização	2.369	1.985
Resultado ajustado do exercício	3.180	3.105
Redução (aumento) nos ativos operacionais	525	(905)
Consumidores	691	(1.185)
Rendas a receber	17	(50)
Tributos a compensar	(133)	263
Outros créditos	(111)	(64)
Estoques	(115)	(62)
Prêmios de seguros	99	5
Serviço em curso	77	188
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(1.677)	(4.093)
Fornecedores	1.357	(1.612)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	7	28
Tributos e contribuição social	(542)	(335)
Credores diversos	246	(78)
Obrigações estimadas	47	39
Encargos do consumidor a recolher	(295)	(51)
Outras contas a pagar	(34)	275
Pesquisa e Desenvolvimento, e Eficiência Energética	33	94
Provisão para contingências	82	7
Depósitos judiciais	(17)	-
Ativo indenizável (concessão)	(2.912)	(2.725)
Participação financeira do consumidor	351	265
Caixa oriundo das atividades operacionais	2.028	(1.893)
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	15	(4)
Aplicações no intangível	6.567	(493)
Total das atividades de investimento	6.582	(497)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	20	28
Reservas de capital	(48)	(4)
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.989)	1.359
Empréstimos e financiamentos	(1.398)	1.509
Total das atividades de financiamento	(8.415)	2.892
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	195	502
Saldo inicial de disponibilidades	731	229
Saldo final de disponibilidades	926	731
Variação no caixa e equivalentes de caixa	195	502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2013	2012
Receitas		69.411	67.378
Venda de energia e serviços		36.403	38.932
Uso do sistema de distribuição		25.021	25.954
Receitas de Construção		3.682	2.117
Locação de Postes		569	535
Doações, contribuições e subvenções		3.465	-
Serviços e Outras Receitas		655	344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(384)	(504)
(-) Insumos adquiridos de terceiros		44.309	38.588
Insumos consumidos		36.186	32.545
Serviços de terceiros		3.088	2.233
Materiais		727	595
Custos de Construção		3.682	2.117
Outras receitas		626	1.098
(=) Valor adicionado bruto		25.102	28.790
(-) Quotas de reintegração		2.369	1.985
Depreciação, amortização e exaustão		2.369	1.985
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade		22.733	26.805
(+) Valor adicionado recebido em transferência		944	991
Receitas financeiras		944	991
(=) Valor adicionado total a distribuir		23.677	27.796
Distribuição do valor adicionado		23.677	27.796
Pessoal		4.727	4.342
Remuneração direta		3.618	3.351
Auxílio alimentação		324	227
Assistência médica/plano de saúde		190	176
Encargos sociais exceto INSS		530	529
Outros		65	59
Governo		15.547	20.014
Federal		2.178	6.057
INSS (folha de pagamento)		808	756
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
PIS/COFINS		368	340
Encargos do consumidor		1.002	4.961
Estadual		13.365	13.957
ICMS		13.365	13.957
Municipais		4	-
ISSQN		4	-
Remuneração de capital de terceiros		2.804	2.817
Outras despesas financeiras		2.804	2.817
Remuneração de capitais próprios		599	623
Sobra do exercício		599	623
Valor adicionado (médio) por empregado		263	343

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 34.806 consumidores cativos e um consumidor livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários disponíveis.

B) Aplicações no mercado aberto e títulos de valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) Consumidores a receber

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

E) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

F) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetam as demonstrações contábeis societárias, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

As demonstrações contábeis regulatórias demonstram em suas notas conciliatórias, os valores destes ativos e passivos que não afetam os registros societários.

G) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações, estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1 de janeiro 2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

H) Concessão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado, e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2013, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento líquido negativo de R\$ 6.579 no imobilizado e respectivamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

I) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

J) TAXAS REGULAMENTARES

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

K) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a

totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

L) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

M) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

N) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2013	2012
Caixa	2	2
Bancos	148	108
TOTAL	150	110

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2013	2012
Numerário	776	319
TOTAL	776	319

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2013	2012
Banco Itaú S/A	Aplic Aut	diário	25% CDI a.m	0,00	302
TOTAL				0,00	302

7 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2013	2012
Faturados	34.807	33.667
TOTAL	34.807	33.667

a) Composições das contas a receber

Legislação societária								
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2013	2012	2013	2012
Residencial	1.664	570	367	2.601	518	470	2.083	2.230
Industrial	2.465	527	417	3.409	1.340	1.300	2.069	2.596
Comercial	813	142	167	1.122	227	200	895	996
Rural	471	131	107	709	118	122	591	625
Poder público	51	3	10	64	8	6	56	50

Continua

Conclusão

Iluminação pública	312	140	153	605	169	112	436	412
Serviço público	77	2	-	79	-	-	79	63
Renda não faturada	1.079	-	-	1.079	-	-	1.079	1.097
Subtotal - consumidores	6.932	1.515	1.221	9.668	2.380	2.210	7.288	8.069
Serviço taxado	15	14	19	48	-	-	48	52
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	522	42	460	1.024	-	-	1.024	1.100
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
TOTAL - CIRCULANTE	7.469	1.571	1.712	10.752	2.380	2.210	8.372	9.233
Parcelamentos	169	-	-	169	-	-	169	169
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.575	-	-	1.575	-	-	1.575	1.575

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Foram realizadas ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa das faturas da empresa Coposul – Copos Plásticos do Sul Ltda, a qual está em processo de concordata. A Administração da concessionária entende que 50% dos valores devidos pela empresa são suficiente para cobrir possíveis perdas.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

8 RENDAS A RECEBER

Outras Rendas	Legislação Societária	
	2013	2012
Multas p/ atraso	98	113
Tarifa de correio	8	8
Acréscimo moratório	52	67
Atualização monetária	26	17
Renda de serviço de arrecadação	16	12
TOTAL	200	217

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2013	2012
ICMS sobre o ativo imobilizado	128	155
ICMS (faturas cancelados)	193	10
Saldo negativo de CSLL	12	7
IRRF	47	46
Saldo negativo de IRPJ	12	2
TOTAL	392	220

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2013	2012
ICMS sobre ativo imobilizado	107	147
TOTAL	107	147

10 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2013	2012
Empregados	42	58
Serviços prestados a terceiros	116	146
Equipamentos em poder de terceiros	50	59
Cheques em cobrança	79	77
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	130	127
Cheques sem Custódia	8	71
Subsidio – Eletrobrás	290	0,0
Encargos Ex-Isolados	34	0,0
Outros	73	73
TOTAL	822	611

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2013	2012
Capitalização – Banco Bradesco S/A	0,00	100
Empregados	12	12
TOTAL	12	112

11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2013	2012
Provisão para devedores duvidosos	2.380	2.210
Provisão PCLD – outros Créditos	303	261
TOTAL	2.683	2.471

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2013	2012
Almoxarifado em serviço	50	28
Adiantamento a fornecedores	104	87
TOTAL	154	115

13 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2013	2012
Serviços prestados a terceiros		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	72	283
Programa de Eficiência Energética – PEE	398	264
Serviços prestados a terceiros	56	56
Implantação da Resolução 367/2009	65	65
TOTAL	591	668

14 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2013	2012
Seguros de equipamentos	9	25
Seguros de prédios	2	2
Seguros de veículos	3	9
TOTAL	14	36

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2013	2012
Trabalhistas	27	10
TOTAL	27	10

16 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2013	2012
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	9	8
Unicred	3	2
Acicred	18	18
Cresdisulca	1	-
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	158
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
TOTAL	2.136	2.150

17 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte

BENS

CONTAS	Saldo 2012	Imobiliz.	Desativações	(+/-)Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2013
Distribuição	44.513	3.519	(979)	-	-	47.054
Licença de software	3	-	-	-	-	3
Sistema de Gestão	-	341	-	-	-	341
Intangível – Serv. 69KV	300	-	-	-	-	300
Terrenos – LD 69 KV	49	-	-	-	-	49
Terrenos – SE 69/13,8 KV	250	-	-	-	-	250
Edif. Obras Civas e Benf. - SE	1.127	-	-	-	-	1.127
Máquinas e equipamentos	27.436	2.844	(534)	-	-	29.746
Maquinas e equip. – LD 69 KV	5.898	-	-	-	-	5.898
Maquinas e equip. – SE	1.200	-	-	-	-	1.200
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	6.863	-	-	-	-	6.863
Veículos	1.341	331	(445)	-	-	1.227
Móveis e utensílios	40	1	-	-	-	41
Móveis e utensílios SE Rincão	6	2	-	-	-	8
Comercialização	3.212	5	-	-	-	3.217
Licença de software	15	-	-	-	-	15
Edif. Obras Civas e Benf.	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	2.883	5	-	-	-	2.888
Móveis e utensílios	88	-	-	-	-	88
Administração	1.239	32	-	-	-	1.271
Licença de software	140	7	-	-	-	147
Terrenos	53	-	-	-	-	53
Edif. Obras Civas e Benf.	563	-	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	230	16	-	-	-	246
Veículos	72	-	-	-	-	72
Móveis e utensílios	181	9	-	-	-	189
TOTAL	48.964	3.556	(979)	-	-	51.541

DEPRECIAÇÃO

CONTAS	Saldo 2012	Depreciação	Desativações	(+/-)Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2013
Distribuição	(11.431)	(1.659)	571	-	-	(12.520)
Licença de software	(3)	-	-	-	-	(3)
Intangível – Serv. 69KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – LD 69 KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – SE 69/13,8 KV	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civas e Benf. - SE	(39)	(39)	-	-	-	(78)
Máquinas e equipamentos	(9.857)	(1.038)	174	-	-	(10.721)
Maquinas e equip. – LD 69 KV	(192)	(192)	-	-	-	(384)
Maquinas e equip. – SE	(39)	(39)	-	-	-	(78)
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	(253)	(253)	-	-	-	(506)
Veículos	(1.026)	(95)	397	-	-	(724)
Móveis e utensílios	(22)	(2)	-	-	-	(24)
Móveis e utensílios SE Rincão	-	(1)	-	-	-	(1)

Comercialização	(1.209)	(162)	-	-	-	(1.371)
Licença de software	(7)	(2)	-	-	-	(9)
Edif. Obras Civas e Benf.	(65)	(8)	-	-	-	(73)
Máquinas e equipamentos	(1.117)	(147)	-	-	-	(1.264)
Móveis e utensílios	(20)	(5)	-	-	-	(25)
Administração	(615)	(64)	-	-	-	(679)
Licença de software	(123)	(10)	-	-	-	(133)
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civas e Benf.	(260)	(19)	-	-	-	(279)
Máquinas e equipamentos	(108)	(16)	-	-	-	(124)
Veículos	(56)	(10)	-	-	-	(66)
Móveis e utensílios	(68)	(9)	-	-	-	(77)
TOTAL	(13.255)	(1.885)	571	-	-	(14.569)

EM CURSO

CONTAS	Saldo 2012	Entradas	Saídas	(+/-) Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2013
Distribuição	613	8.879	(8.708)	-	-	784
Máquinas e equipamentos	1	3.348	(3.167)	-	-	182
Veículos	-	331	(331)	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	3	(3)	-	-	-
Estudo e projetos	148	-	-	-	-	148
Material em deposito	464	2.535	(2.545)	-	-	454
Compra em andamento	-	2.662	(2.662)	-	-	-
Comercialização	-	4	(4)	-	-	-
Compra em andamento	-	4	(4)	-	-	-
Administração	433	67	(63)	-	-	437
Intangíveis	11	7	(7)	-	-	11
Edif. Obras Civas e Benf.	422	4	-	-	-	426
Máquinas e equipamentos	-	21	(21)	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	9	(9)	-	-	-
Material em deposito	-	26	(26)	-	-	-
TOTAL	1.046	8.950	(8.775)	-	-	1.221

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

CONTAS	Saldo 2012	Entradas	Deprec.	(+/-)Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2013
Distribuição	6.632	-	(842)	-	(7.727)	(1.937)
Licença de software	2	-	-	-	20	22
Licença de software	1	-	(1)	-	(2)	(2)
Terrenos	-	-	-	-	20	20
Edif. Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	(663)	(663)
Edif. Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	46	46

Continua

Conclusão

Máquinas e equipamentos	11.580	-	(341)	-	(1.897)	9.342
Maquinas e equip.	(5.272)	-	(322)	-	(5.138)	(10.732)
Veículos	169	-	(68)	-	170	271
Veículos	148	-	(110)	-	(285)	(247)
Móveis e utensílios	(15)	-	-	-	13	(2)
Móveis e utensílios SE Rincão	19	-	-	-	(11)	8
Comercialização	(197)	59	(13)	-	1.595	1.444
Licença de software	5	-	-	-	1	6
Licença de software	2	-	(2)	-	(6)	(6)
Edif. Obras Civas e Benf.	341	-	-	-	(567)	(226)
Edif. Obras Civas e Benf.	(107)	-	(11)	-	191	73
Máquinas e equipamentos	(1.279)	-	-	-	4.147	2.868
Máquinas e equipamentos	833	59	-	-	(2.172)	(1.280)
Móveis e utensílios	(4)	-	-	-	17	13
Móveis e utensílios	12	-	-	-	(16)	(4)
Administração	2.613	-	(87)	-	(447)	2.079
Licença de software	114	-	-	-	(17)	97
Licença de software	(10)	-	(41)	-	(45)	(96)
Terrenos	2.079	-	-	-	(636)	1.443
Edif. Obras Civas e Benf.	851	-	-	-	1.100	1.951
Edif. Obras Civas e Benf.	(581)	-	(28)	-	(749)	(1.358)
Máquinas e equipamentos	56	-	-	-	114	170
Máquinas e equipamentos	(59)	-	(4)	-	(93)	(156)
Veículos	13	-	-	-	9	22
Veículos	16	-	(2)	-	(35)	(21)
Móveis e utensílios	179	-	(1)	-	(50)	128
Móveis e utensílios	(45)	-	(11)	-	(45)	(101)
TOTAL	9.048	59	(942)	-	(6.579)	1.586
TOTAL IMOBILIZADO	45.803	10.680	(10.125)	-	(6.579)	39.779

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguinte itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGIVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

17.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2013	2012
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	205	(41)	164	172
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(11)	128	134
Programa de Eficiência Energética	55	(3)	52	24
Pesquisa e Desenvolvimento	341	(4)	337	-
TOTAL	740	(59)	681	330

18 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2013	2012
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	5.154	4.211
Materiais e serviços	1.645	1.232
TOTAL	6.799	5.443

19 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2013	2012
Diretores	7	13
Empregados	151	141
Contribuição social	30	30
Pensões Judiciais descontadas	3	2
Sindicato	3	3
IRRF	25	26
Convênios/repasses descontados dos funcionários	25	21
TOTAL	244	236

20 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2013	2012
Circulante		
ICMS normal	1.402	1.109
ICMS parcelamentos	514	887
Imposto de renda	8	4
PIS a recolher	7	11
COFINS a recolher	32	50
ISS – Imposto Sobre Serviço	3	6
INSS empresa	70	64
INSS autônomos	7	6
FGTS	27	33
INSS prestadores de serviços	16	15
PIS	5	7
Contribuição social	2	1
Outros	11	10
TOTAL	2.104	2.203

	Legislação Societária	
	2013	2012
Não Circulante		
ICMS parcelamentos	-	443

21 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

21.1 CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2013	2012
Caixa Econômica Federal		3	1,80% am	30/07/2015	212	153
Bradesco S/A	5342003	3	1,68% a.m	01/08/2013	-	490
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	250	333
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	191	128
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.210	806
Banco Itaú		3	1,59 a.m	13/02/2015	1.315	1.081
ACICRED Associação de Crédito (W1)					900	
Caixa Econômica Federal (W1)					194	186
Banco Itaú (W1)					668	910
Bradesco S/A (W1)			1,95 % a.m		696	640
Banco Safra (W1)					1.281	-
TOTAL					6.917	4.727

21.2 NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2013	2012
Caixa Econômica Federal	-	3	1,8% a.m	30/07/2015	140	379
Banco Itaú	-	3	1,59 a.m	13/02/2015	245	1.560
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	-	250
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	949	1.191
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	6.003	7.545
TOTAL					7.337	10.925

Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

22 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2013	2012
Consumidores	179	214
Recursos Recebidos Eletrobrás - CDE	222	-
Outros créditos	128	69
TOTAL	529	283

23 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2013	2012
Tributos e contribuições sociais	140	126
Folha de pagamento	344	311
TOTAL	484	437

24 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2013	2012
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	41	151
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	-
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	-	109
Proinfa	-	76
TOTAL	41	336

25 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2013	2012
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	19	17
Pesquisa e desenvolvimento – MME	10	9
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	360	574
Programa de Eficiência Energética	1.087	843
TOTAL	1.476	1.443

26 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2013	2012
Encargos tarifários	48	48
Convênios	9	7
Taxa de fiscalização	11	7
Cosip	658	672
Encargo ex-isolados	-	26
Outras	10	10
TOTAL	736	770

27 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

28 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2013	Valor da Provisão		2012
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins		1.064			1.064	
Pis		231			231	
Subtotal		1.295			1.295	
	Valor da Provisão		2013	Valor da Provisão		2012
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	82	189	27	7	107	10
Subtotal	82	189	27	7	107	10
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
TOTAL	82	1.484	27	7	1.402	10

28.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

28.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.143 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 189 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

29 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2013, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		474
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		149
Sobras líquidas do exercício		599
Total das sobras		1.222

Resultado com associados		820
Resultado com não associados		(221)
Resultado do exercício		599
Base para destinações legais e estatutárias		1.222
Fundo de reserva legal	10%	122
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	61
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	611
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	-
Total das destinações estatutárias		794
Sobras à disposição da AGO		428

O resultado negativo de operações com terceiros são absorvidos pela reserva legal, conforme legislação vigente.

30 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.326, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2013	2012
Capital Subscrito	1.352	1.335
(-) Capital a Integralizar	(26)	(29)
TOTAL	1.326	1.306

30.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2013	2012
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

30.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial	3.359	10.821
TOTAL	3.359	10.821

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	10.821
Bens baixados no período	(409)
Avaliação negativa VNR 2013	(6.579)
Realização do AVP	(474)
Saldo Final	3.359

30.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2013	2012
Reserva legal	8.237	8.263
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	61	48
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	10.169	9.223
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	428	335
TOTAL	20.414	19.388

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 11 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

31 RECEITA OPERACIONAL

31.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Consumidores						
Residencial	29.660	28.630	51.534	48.073	11.338	12.916
Industrial	212	209	87.324	80.514	16.613	16.126
Comercial	1.943	1.883	21.638	20.613	4.840	5.506
Rural	2.722	2.686	12.133	12.184	1.599	1.991
Poder público	243	238	1.368	1.289	295	338
Iluminação pública	05	04	9.885	9.617	1.151	1.443
Serviço público	15	10	2.558	2.290	467	455
Consumo próprio	07	07	127	131	-	-
Renda não faturada					100	157
TOTAL	34.807	33.667	186.567	174.711	36.403	38.932

31.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2013	2012
Consumidores		
Residencial	9.142	8.612
Industrial	9.278	10.749
Consumidores Livres	43	-
Comercial	3.665	3.670
Rural	1.416	1.328
Poder público	243	226
Iluminação pública	911	961
Serviço público	301	303
Renda não faturada	22	105
TOTAL	25.021	25.954

31.3 Receita de construção

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receita de construção	3.682	2.117
TOTAL	3.682	2.117

31.4 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação Societária	
	2013	2012
Uso de redes compartilhado	569	535
TOTAL	569	535

31.5 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2013	2012
Recursos recebidos Eletrobrás - CDE	3.465	-
TOTAL	3.465	-

31.6 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2013	2012
Serviços Taxados	209	263
Renda da prestação de serviços	158	77
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	282	-
Outras receitas	6	4
TOTAL	655	344

32 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

32.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2013	2012
ICMS	13.365	13.957
PIS-PASEP	65	60
COFINS	303	280
ISSQN	4	-
TOTAL	13.737	14.297

32.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2013	2012
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	41	570
Programa de Eficiência Energética - PEE	246	245
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	607	1.805
Conta de Consumo de Combustível - CCC	127	1.955
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	255	245
Encargo Ex-Isolados	-	139
CVA – Compra de Energia	(274)	2
TOTAL	1.002	4.961

33 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2013	2012	2013	2012
Celesc Distribuição S/A	204.319	193.450	33.700	27.163

34 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2013	2012
Celesc Distribuição S/A	2.486	5.382

35 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2013	2012
Remunerações (incluídos diretores R\$ 316)	3.410	3.102
Encargos sociais	1.324	1.224
Auxílio alimentação	364	248
Convênio assistencial e outros benefícios	214	192
Roupas profissionais	26	-
Seguros	15	18
Auxílio Transporte	2	2
Capacitação e treinamento	30	45
Provisões	801	730
(-) Transferência para ordens em curso	(651)	(463)
TOTAL	5.535	5.098

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc.

36 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas financeiras	944	991
(-) Despesas financeiras	2.804	2.817
TOTAL	(1.860)	(1.826)
Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas de aplicações financeiras	-	1
Juros recebidos	57	60
Encargos financeiros sobre energia	656	745
Outras – Receitas financeiras	224	123
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	7	62
TOTAL	944	991

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2013	2012
Despesas bancárias	485	173
Outras despesas	162	47
Juros ICMS	577	197
Multa indicadores de continuidade	39	15
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	56	18
Multas moratórias	10	8
Juros Fornecedores	50	303
Atualização Monetária	17	121
Juros sobre financiamentos	1.350	1.881
Despesas SELIC P&D e PEE	51	-
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	7	54
TOTAL	2.804	2.817

37 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2013	2012
Associados	59.179	58.269
Não associados	10.616	9.613
TOTAL DA RECEITA	69.795	67.882

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2013 foi negativo em R\$ (149), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

38 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

39 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários. Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Itaú Vida e previdência S/A a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante dentro da atividade profissional de cada colaborador e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).
 Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no decreto nº 95.247/1987.
 Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa Ergo Medicinal.
 Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

40 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

41 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.412
Equipamentos	27/09/2013 a 27/09/2014	1.569
Prédios	05/05/2013 a 05/05/2014	2.500

42 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de reajuste tarifário IRT de agosto de 2014.

Jorge Rodrigues
Presidente em Exercício

Severiano Antônio Valentim
Secretário

Daniel Zanolli Vieira
Contador CRC SC.030661/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO 2013

Ata da 130ª REUNIÃO E 40ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA EXERCÍCIO 2013/2014, realizada no dia 21 do mês de Março de 2014, na sede da Cooperaliança, situada na Rua: Ipiranga, 333, Centro, Içara - SC, CEP: 88.820-000, Estado de Santa Catarina, às 17h00min (dezessete) horas, presentes os titulares, Tiago Fogaça Da Silva, Paulo Roberto Brigido, e os suplentes, Cléber Luiz Oliveira da Silva, e Jucemar Vargas no primeiro ato do dia o Conselho Fiscal da Cooperativa eleito no dia 23 de março do corrente ano, se reuniu com o Assessor Jurídico Sr. Mário Cesar Serafim, bem como o Contador da Cooperaliança Sr. Daniel Zanolli para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Demonstração das sobras, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, Relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e treze a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados durante o ano de dois mil e treze, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da Cooperativa e ainda 40 (quarenta) reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para vinte e oito de março de dois mil e quatorze, cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Observamos nos relatórios verificados que a liquidez geral da empresa melhorou em relação ao exercício anterior. Aconselhamos, no entanto, que seja alterado o perfil da dívida de curto para longo prazo, se possível renegociando as taxas de juros com as instituições credoras para bem de melhorar a capacidade de pagamento da empresa. Nada mais havendo a tratar o coordenador do conselho fiscal Paulo Roberto Brigido deu por encerrada a reunião da qual eu, Tiago Fogaça da Silva, secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal.

Içara - SC, 21 de Março de 2014.


PAULO ROBERTO BRÍGIDO

Coordenador

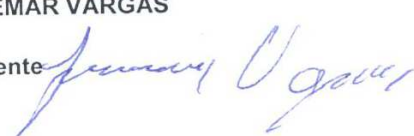

TIAGO FOGAÇA DA SILVA

Secretário


CLEBER LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA

Suplente

JUCEMAR VARGAS

Suplente 

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ALIANÇA
Içara - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2013, as sobras de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ênfase

Em razão da MP 627/13 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1397/2013 alterar a legislação tributária federal, a concessionária optou em efetuar o recálculo destes tributos do período entre 01/01/2008 e 31/12/2014, conforme possibilita a própria medida provisória, a partir de janeiro de 2015. As diferenças entre o cálculo anterior e o novo cálculo dos tributos, serão adicionados ou excluídos na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Criciúma, 20 de março de 2014.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O


JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Demonstrações Contábeis Regulatórias



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		11.168	(1.059)	12.227	11.570	(3.102)	14.672
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	8.069	(209)	8.278	9.233	(122)	9.355
Despesas pagas antecipadamente	[2]	14	(850)	864	112	(2.980)	3.092
Outros Ativos Circulantes não afetados		3.085	-	3.085	2.225	-	2.225
Não circulante		28.224	23.618	4.606	25.434	20.705	4.729
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	1.575	-	1.575	1.575	-	1.575
Créditos fiscais diferidos		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	[2]	-	(2.885)	2.885	-	(2.886)	2.886
Ativo Financeiro da Concessão	[3]	26.503	26.503	-	23.591	23.591	-
Outros Ativos não Circulantes não afetados		146	-	146	268	-	268
Investimentos		2.135	-	2.135	2.150	-	2.150
Imobilizado	[4]		(38.746)	38.746		(45.162)	45.162
Em serviço		-	(66.802)	66.802	-	(62.744)	62.744
(-) Reintegração Acumulada		-	28.597	(28.597)	-	18.299	(18.299)
Em curso		-	(1.222)	1.222	-	(1.047)	1.047
(-) Participação financeira do consumidor			681	(681)		330	(330)
Intangíveis	[5]	12.596	12.242	354	21.882	21.571	311
Em serviço		12.596	12.242	354	21.882	21.571	311
Em curso		-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		54.123	(3.945)	58.068	61.036	(5.988)	67.024

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		19.330	(2.329)	21.659	15.878	(2.029)	17.907
Passivos Regulatórios	[6]	-	(2.329)	2.329	-	(2.029)	2.029
Outros passivos circulantes não afetados		19.330	-	19.330	15.878	-	15.878
Não circulante		8.821	(2.885)	11.706	12.770	(2.886)	15.656
Passivos Regulatórios	[6]	-	(2.885)	2.885	-	(2.886)	2.886
Outros passivos não circulantes não afetados		8.821	-	8.821	12.770	-	12.770
Patrimônio Líquido		25.972	1.269	24.703	32.388	(1.073)	33.461
Capital Social		1.326	-	1.326	1.306	-	1.306
Reserva de capital		873	-	873	873	-	873
Reserva de sobras	[7]	19.986	841	19.145	19.053	(933)	19.986
Dividendo adicionado proposto		-	-	-	-	-	-
Reavaliação Compulsoria Regulatória		3.359	-	3.359	10.821	-	10.821
Sobra a disposição da AGO		428	428	-	335	(140)	475
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		54.123	(3.945)	58.068	61.036	(5.988)	67.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

R\$ Mil	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		69.795	(3.875)	65.920	67.882	(1.998)	65.884
Fornecimento de Energia Elétrica		36.403	89	36.492	38.932	122	39.054
Receita de Construção	[8]	3.682	(3.682)	-	2.117	(2.117)	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		25.021	-	25.021	25.954	-	25.954
Outras Receitas Vinculadas		4.689	(282)	4.407	879	(3)	876
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(14.739)	(300)	(15.039)	(19.258)	2	(19.256)
Tributos e Encargos		(13.737)	-	(13.737)	(14.297)	-	(14.297)
Federais		(368)	-	(368)	(340)	-	(340)
Estaduais e Municipais		(13.369)	-	(13.369)	(13.957)	-	(13.957)
Encargos - Parcela "A"		(1.002)	(300)	(1.302)	(4.961)	2	(4.959)
Reserva Global de Reversão - RGR		(41)	-	(41)	(570)	-	(570)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(246)	-	(246)	(245)	-	(245)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(607)	(38)	(645)	(1.805)	-	(1.805)
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	[09]	(127)	12	(115)	(1.960)	5	(1.955)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(255)	-	(255)	(245)	-	(245)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		274	(274)	-	(136)	(3)	(139)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.		55.056	(4.175)	50.881	48.624	(1.996)	46.628
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(36.124)	(2.131)	(38.255)	(32.750)	16	(32.734)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	[09]	(32.622)	(1.991)	(34.613)	(26.338)	(109)	(26.447)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(1.078)	-	(1.078)	(824)	-	(824)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		(2.486)	-	(2.486)	(5.382)	-	(5.382)
Taxa de Fiscalização		62	(140)	(78)	(206)	126	(80)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		18.932	(6.306)	12.626	15.874	(1.980)	13.894
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		(16.473)	3.850	(12.623)	(13.425)	2.378	(11.047)
Pessoal		(5.219)	-	(5.219)	(4.793)	-	(4.793)
Administradores		(316)	-	(316)	(305)	-	(305)
Serviço de Terceiros		(3.088)	-	(3.088)	(2.233)	-	(2.233)
Material		(727)	-	(727)	(596)	-	(596)
Arrendamentos e Aluguéis		(33)	-	(33)	(62)	-	(62)
Tributos		(34)	-	(34)	(30)	-	(30)
Seguros		(50)	-	(50)	(62)	-	(62)
Outros	[09]	(583)	168	(415)	(765)	261	(504)
(-) Recuperação de Despesas		23	-	23	27	-	27
Doações, contribuições e Subvenções		(12)	-	(12)	-	-	-
Provisão Devedores Duvidosos		(611)	-	(611)	(876)	-	(876)
Reversão Provisão Devedores Duvidosos		309	-	309	379	-	379
Provisão - Outras		(82)	-	(82)	(7)	-	(7)
Depreciação		-	(2.368)	(2.368)	-	(1.985)	(1.985)
Custo de Construções	[8]	(3.682)	3.682	-	(2.117)	2.117	-
Amortização		(2.368)	2.368	-	(1.985)	1.985	-
Despesa da Atividade Não Vinculada		-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		2.459	(2.456)	3	2.449	398	2.847

RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		(1.859)	114	(1.745)	(1.826)	(258)	(2.084)
Receita Financeira		945	-	945	992	-	992
Despesa Financeira		(2.804)	-	(2.804)	(2.818)	-	(2.818)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Não Operacional	[09]	-	114	114	-	(258)	(258)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL		599	(2.342)	(1.743)	623	140	763
Imposto de Renda		-	-	-	-	-	-
Contribuição Social		-	-	-	-	-	-
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada		-	-	-	-	-	-
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO)	[09]	599	(2.342)	(1.743)	623	140	763

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

					Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2013	2012	2013	2012
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total				
Residencial	1.664	570	367	2.601	(518)	(470)	2.083	2.230
Industrial	2.465	527	417	3.409	(1.340)	(1.300)	2.069	2.596
Comercial	813	142	167	1.122	(227)	(200)	895	996
Rural	471	131	107	709	(118)	(122)	591	625
Poder público	51	3	10	64	(8)	(6)	56	50
Iluminação pública	312	140	153	605	(169)	(112)	436	412
Serviço público	77	2	-	79	-	-	79	63
Renda não faturada	1.079	-	-	1.079	-	-	1.079	1.097
Provisão tarifa TUSD	209	-	-	209	-	-	209	122
Provisão outros créditos	-	-	-	-	(303)	-	(303)	-
Subtotal - consumidores	7.141	1.515	1.221	9.877	(2.683)	(2.210)	7.194	8.191
Serviço taxado	15	14	19	48	-	-	48	52
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	522	42	460	1.024	-	-	1.024	1.100
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
TOTAL - CIRCULANTE	7.678	1.571	1.712	10.961	(2.683)	(2.210)	8.278	9.355
Parcelamentos	169	-	-	169	-	-	169	169
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.575	-	-	1.575	-	-	1.575	1.575

[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	211	-	211	966	-	966
Revisão tarifária	639	2.885	3.524	2.015	2.886	4.901
Pagamento antecipado- Proinfa	-	-	-	75	-	75
Subs. Baixa renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos enc. setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	-	-	-	36	-	36
TOTAL	850	2.885	3.735	3.092	2.886	5.978

[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO)

	Custo Histórico	
	2013	2012
	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	22.485	19.601
Intangível	641	300
Máquinas e equipamentos	21.477	19.178
Veículos	348	107
Móveis e utensílios	19	16
Comercialização	1.178	1.174
Intangível	3	3
Edificações, obras civis e benfeitorias	324	324
Máquinas e equipamentos	797	793
Móveis e utensílios	54	54
Administração	2.840	2.816
Intangível	10	5
Terrenos	2.132	2.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	441	441
Máquinas e equipamentos	79	68
Veículos	1	1
Móveis e utensílios	177	169
SUBTOTAL	26.503	23.591

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2014), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[4] IMOBILIZADO

	Saldo 2012	Adições	Desativações	Ajustes 367	Saldo 2013
Bens	48.963	3.556	(978)	-	51.541
Depreciação	(13.257)	(1.883)	570	-	(14.570)
Em Curso	1.047	8.951	(8.776)	-	1.222
Ajuste Avaliação Patrimonial	9.050	59	(943)*	(6.579)	1.587
Total Imobilizado	45.803	10.683	(10.127)	(6.579)	39.780
(-) Particip. Financeira Consumidor	(330)	(351)	-	-	(681)
Total Líquido + Intangível	45.473	10.332	-	-	39.099

*Depreciação do Ajuste de avaliação patrimonial.

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme concessão

Ativo financeiro indenizável	26.503
Imobilizado	0,00
Intangível	12.596
Total	39.099

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[5] INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

REGULATÓRIO

Descrição	Valor Líquido	
	2013	2012
Licenças de softwares	354	311
	354	311

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de

remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Desc. TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste Tarifário	2.329	2.885	5.214	2.029	2.886	4.915
Sobre contratação	-	-	-	-	-	-
Sub. baixa renda – ganhos	-	-	-	-	-	-
Neut. dos enc. Setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.329	2.885	5.214	2.029	2.886	4.915

[7] RESERVAS DE SOBRAS

Os ajustes/estornos dos saldos de ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

Desta forma, as sobras societária e regulatória obtiveram resultados diferentes ao final do período de 2013 e 2012. Conforme segue:

	31/12/2013	
	Balanço Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	599	(1.743)
Realização avaliação patrimonial	474	474
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	(2.342)	
TOTAL	1.269	1.269

	31/12/2012	
	Balanço Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	623	763
Realização avaliação patrimonial	152	152
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	140	
TOTAL	915	915

A diferença entre o patrimônio Líquido Societário e regulatório em 31/12/2013 possuem as seguintes origens:

Patrimônio Societário		26.904
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório	2013	(2.342)
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório)	2012	140
Patrimônio Regulatório		24.702

[8] RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

[9] AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A conciliação no valor líquido de R\$ (2.342) mil reais refere-se aos ajustes dos ativos e passivos regulatórios nos registros contábeis societários, conforme descrito:

	2013	2012
Descrição	R\$ mil	R\$ mil
Conta de consumo de combustível - CCC	(4)	5
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(152)	-
Proinfra	(10)	-
Compra de energia elétrica para revenda	(2.265)	(109)
Outras despesas	-	122
Provisão Redução da tarifa TUSD – Cons. Livre	89	122
TOTAL	(2.342)	140

[10] RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Foram reclassificados para outras despesas (615.xx.x.x.99 – R\$ 167 mil reais) e outros encargos (611.xx.x.x.39 – R\$ (282 mil reais) os valores registrados (R\$ 115 mil reais) como despesas e receitas não operacionais, em decorrência das novas normas contábeis (Lei 11.638/07 e MP 449/08).

Informações Complementares

Balanço Social 2013



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

BALANÇO SOCIAL – 2013

A Cooperaliança conduz o seu negócio com responsabilidade. Tem plena preocupação na distribuição de energia elétrica com excelência, mas não para por aí. Tem incluído na sua política de administração a responsabilidade social em sua melhor definição: a que afasta a ideia de que responsabilidade social são apenas gestos de filantropia.

A Cooperativa, motivada pelo compromisso de atender um conjunto de políticas, programas, e ações previstas pela legislação, busca a superação dessa barreira e vai além das exigências no que diz respeito a proteção ambiental e ao desenvolvimento econômico, social e cultura da comunidade onde distribui energia elétrica.

A empresa planeja o ambiente pautado no bem estar do associado e consumidor. Tem em sua rotina a ética, e a transparência, que norteia todas as ações da diretoria, bem como, de cada um de seus colaboradores que atuam nos diversos setores da cooperativa. A satisfação de seu público seja ele interno, ou externo, é uma de suas metas históricas, e meta levada a sério pela atual direção.

Dessa forma apresentamos, em resumo, um retrato das atividades sociais da empresa em 2013, que foram realizadas com ética, transparência, e acima de tudo, com o crescimento baseado na boa prática empresarial.

ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2013, a concessionária deu continuidade ao programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

Redes Protegidas ou Linha Verde - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 21 Km de rede protegidas.

FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Doações – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício com associados e o resultado das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2013, foi distribuído o valor de R\$ 47.861,13 (quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos), a **Fundação Social Hospitalar – São Donato**. E também através do programa fundo social distribuído o valor de R\$ 20.461,79

(vinte mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos), a pessoas carentes situadas na área de concessão da concessionária.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.438/2002, Lei nº 10.848/2004, Lei nº 11.465/2007 e Lei nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 504/2012 da ANEEL aprovou o novo Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e alterou a Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL que estabelece as demais providências relativas ao Programa de P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

Entre os anos 2010 e 2013, a COOPERALIANÇA, em parceria com outras Concessionárias e Cooperativas, participou do projeto denominado **“Sistema Híbrido de Detecção e Localização de Falhas Permanentes em Sistemas de Distribuição Urbanos e Rurais: Desenvolvimento Metodológico, Implementação e Projeto Piloto”**.

A COOPERALIANÇA investiu neste projeto, o valor total de R\$ 340.780,91 (trezentos e quarenta mil e setecentos e oitenta reais e noventa e um centavos).

Desde o ano de 2012, a COOPERALIANÇA, também em parceria com outras Concessionárias e Cooperativas, está participando do projeto denominado **“Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas”**.

O valor total da participação da COOPERALIANÇA, neste projeto, que será desenvolvido até o ano de 2015, será de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

A COOPERALIANÇA já investiu neste projeto, até 31/12/2013, o valor de R\$ 71.971,22 (setenta e um mil e novecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos).

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa seu Programa de Eficiência Energética – PEE, em atendimento à cláusula do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica, a Lei nº 9.991/2000 e a Lei nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da sua Receita Operacional Líquida – ROL em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 556 de 18/06/2013 da ANEEL, aprovou os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, que é um guia determinativo de procedimentos dirigidos às distribuidoras, para elaboração e execução de projetos de eficiência energética regulados pela ANEEL.

O objetivo do Programa de Eficiência Energética – PEE é promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade

econômica de ações de combate ao desperdício e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia.

Em 2013, a COOPERALIANÇA concluiu fisicamente os dois projetos de eficiência energética que estavam em execução.

O primeiro, denominado "Eficiência Energética em Consumidores com TSEE e Consumidores com Baixo Poder Aquisitivo - 2012" foi elaborado e executado para atendimento de consumidores com Tarifa Social de Energia Elétrica, conforme a Lei nº 12.212/2010 e atendimento a comunidades de baixa renda.

O projeto baseou-se na doação de lâmpadas fluorescentes compactas para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100W, sendo que foram distribuídas e instaladas 2.500 unidades de lâmpadas fluorescentes compactas de 20W/220V, com Selo PROCEL/INMETRO; na doação de refrigeradores (de uma porta) novos e eficientes, em substituição de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação, sendo que foram distribuídos 200 refrigeradores possuidores do Selo PROCEL/INMETRO, categoria "A"; e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através do repasse de orientações e entrega de folders e cartilhas. Também foram realizadas reformas em 50 padrões de entrada de energia elétrica.

A COOPERALIANÇA investiu nesse projeto, até 31/12/2013, o valor de R\$ 267.502,77 (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e dois reais e setenta e sete centavos).

O segundo, denominado "Eficiência Energética no Hospital São Donato", foi elaborado e executado para a implementação de ações de otimização do consumo de energia elétrica nas instalações do Hospital São Donato, de Içara – SC, através de aporte de tecnologia nos sistemas de iluminação e ar condicionado.

Foram substituídos 26 aparelhos de ar condicionado tipo "janela", por 19 aparelhos tipo "split" com selo PROCEL, categoria "A". Também foram substituídas 826 lâmpadas ineficientes, por 645 lâmpadas fluorescentes eficientes, com selo PROCEL; trocadas 515 luminárias ineficientes por 448 luminárias eficientes e instalados 317 reatores eletrônicos com selo PROCEL.

Nesse projeto, a COOPERALIANÇA investiu até 31/12/2013, o valor de R\$ 130.201,87 (cento e trinta mil e duzentos e um real e oitenta e sete centavos).

Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou em 29 de março de 2011 a resolução normativa nº 431, que regulamenta juntamente com a Resolução 414/2010 a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010. Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS.

O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% á 65% até o limite de 220kW/h.

Programa de estagiários - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2013 foi contemplado 01 estagiário.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2013

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2013			2012
			R\$ mil			R\$ mil
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			55.056			48.624
Sobra Operacional (SO)			2.459			2.449
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.535			5.098
			2013			2012
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	364	6,58	0,66	248	4,86	0,51
Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS	2.125	38,39	3,86	1.954	38,33	4,02
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	214	3,87	0,39	192	3,77	0,39
Seguro de vida	15	0,27	0,03	18	0,35	0,04
Capacitação e treinamento	30	0,54	0,05	45	0,88	0,09
Roupas Profissionais e transporte	28	0,51	0,05	2	0,04	0,00
TOTAL	2.776	50,15	5,04	2.459	48,23	5,06
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Esporte	12	0,49	0,02	-	-	-
Doações e contribuições	68	2,77	0,12	20	0,82	0,04
Total de contribuições para a sociedade	80	3,25	0,15	20	0,82	0,04
Tributos - excluídos encargos sociais	13.737	558,64	24,95	14.297	583,79	29,40
Tributo - ICMS	13.365	543,51	24,28	13.957	569,91	28,70
Tributo - PIS	65	2,64	0,12	60	2,45	0,12
Tributo - COFINS	303	12,32	0,55	280	11,43	0,58
Tributo - ISSQN	4	0,16	0,01	-	-	-
TOTAL	13.817	561,90	25,10	14.317	584,61	29,44
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	255	10,37	0,46	245	10,00	0,50
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	246	10,00	0,45	245	10,00	0,50
TOTAL	501	20,37	0,91	490	20,01	1,01

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2013

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

	2013	2012
	Em unidades	Em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	90	81
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	27	29
2º grau	40	34
1º grau	23	18
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	18	14
De 30 até 45 anos (exclusive)	41	37
Acima de 45 anos	31	30
Admissões durante o período	15	4
Mulheres que trabalham na empresa	21	18
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de deficiência física	-	1
Dependentes	114	116
Estagiários	1	1
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8.220,86	7.150,00
Acidentes de trabalho	1	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2011 e 2010 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembleia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em exercício da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **28 de março de 2014**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social–, às **17 horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais um (1) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira, e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de **2013**, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de **2013**;
 - d) Leitura do Parecer do Conselho Fiscal com a devida discussão, e deliberação pela Assembleia.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de **2013**.
- 3) Eleição, e posse, dos membros do Conselho Fiscal **período 2014**.
- 4) Fixação de pró-labore ao Presidente, e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimentos para o exercício de **2014**.
- 6) Plano de Aplicação dos Recursos do **FATES**.
- 7) Assuntos Gerais.

Observações:

- a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **34.324** associados.
- b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto, e se prolongará até o dia **29/03/2014 (sábado)**, quando serão apurados os resultados da votação, e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes do **item 3**, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **29/03/2014**.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Centro - Içara, onde votarão todos os Associados aptos ao voto.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas, e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **18 horas** do dia **18/03/2014**.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na Resolução Nº31 do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis para consulta aos associados, a partir do dia **17/03/2014**, na **sede social da Cooperaliança** e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.

- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia, e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar Contrato Social original, ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original, ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **29/03/2014** não habilitam os associados a exercer direito de voto.
- l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores do dia **28/03/2014** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica junto a secretaria.

Içara, SC, 28 de fevereiro de 2014.



JORGE RODRIGUES
Presidente em Exercício.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

CNPJ: 83.647.990/0001-81
NIRE: 42.4.0000375-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2.014 (dois mil e quatorze), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença, na abertura da assembleia, de 110 (cento e dez) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea "c", do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O Presidente em exercício da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **28 de março de 2014**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social–, às **17 horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais 01 (hum) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira, e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1) Prestação de contas do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de **2013**, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de **2013**; d) Leitura do Parecer do Conselho Fiscal com a devida discussão, e deliberação pela Assembleia. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de **2013**. 3) Eleição, e posse dos membros do Conselho Fiscal **período 2014**. 4) Fixação de pró-labore ao Presidente, e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 5) Plano de Investimentos para o exercício de **2014**. 6) Plano de Aplicação dos Recursos do **FATES**. 7) Assuntos Gerais. **Observações:** a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **34.324** associados; b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto, e se prolongará até o dia **29/03/2014 (sábado)**, quando será apurado o resultado da votação, e empossados os eleitos; c) As eleições constantes do **item 3** deste edital, terá início às 08:00 horas e se encerrará às 17:00 horas do dia **29/03/2014**; d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro - Içara, onde votarão todos os Associados aptos ao voto; e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal, deverão compor chapas, e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **18 horas** do dia **18/03/2014**; f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na Resolução Nº 31 do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), e expressa concordância de seus componentes; g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis para consulta dos associados a partir do dia **17/03/2014**, na **sede social da Cooperaliança** e através da internet no site www.cooperalianca.com.br; h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia, e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa; i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar Contrato Social original, ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal; j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original, ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal; k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **29/03/2014** não habilita os associados a exercer direito de voto; l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores do dia **28/03/2014** deverão ser comprovados com apresentação da Nota Fiscal de fornecimento de energia elétrica junto a secretaria Içara – SC, **28 de fevereiro de 2014, Jorge Rodrigues, Presidente em Exercício**. Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente em exercício Jorge Rodrigues cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os membros do conselho de administração os Srs. Juscelino Dagostim, Silvio João Viana, Hilário Dalmolim, Cláudio Blissari e o secretário do Conselho de Administração Severiano Antonio Valentim, Paulo Roberto Brígido, Coordenador do

Conselho Fiscal, Tiago Fogaça da Silva, secretário do Conselho Fiscal, Jucemar Vargas, Cleber Luiz Oliveira da Silva e Tiago Marcolino, sendo os últimos três conselheiros do Conselho fiscal. Reginaldo de Jesus Gerente Administrativo - O Sr. Sandro Giassi Serafim, Vice-Prefeito, e João Vânio Mendonça Cardoso – Diretor da FECOERUSC, Dr. Gilson Flores, representando o Presidente da OCESC. Logo após o presidente solicitou a assembleia a aprovação do nome do Sr. Reginaldo de Jesus para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata. Também foram apresentados, exemplar da carta circular expedida aos associados e exemplares dos seguintes jornais, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Diário de Notícias, edição nº 777, de 28 de fevereiro de 2014, Jornal Gazeta, edição nº 731 de 28 de fevereiro de 2014, Jornal Içarense, edição nº 2.717 de 28 de fevereiro de 2014, Jornal Agora, edição nº 363 de 28 de fevereiro de 2014. Em seguida, foi feita a leitura do **ITEM PRIMEIRO** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, logo após o Sr. Ivan Rzatki Rzatki fez a leitura do parecer da auditoria opinando que as demonstrações contábeis referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA-ALIANÇA, em 31 de dezembro de 2013, as sobras /perdas de suas operações, das mutações do patrimonial líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Em seguida o Sr. Paulo Roberto Brígido, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas, no qual opinou favoravelmente pela aprovação das mesmas, logo após o presidente solicitou a assembleia aprovação de um sócio presente para presidir a votação deste item, a assembleia aprovou o nome do associado Rafael Córneo Zaccaron, que, assumindo a presidência da mesma, colocou em discussão a matéria, na oportunidade o associado, o Sr. Elói Ramos Borges, pediu a palavra e questionou referente o funcionamento do capital social dos sócios, se os referidos valores estavam depositados em uma conta bancária específica ou não, em resposta o contador Sr. Daniel Zanolli Vieira explicou que há uma conta contábil no Patrimônio Líquido e que os valores de fato são utilizados no fluxo de caixa da empresa, após os devidos esclarecimentos ao questionamento ofertado, o Presidente em exercício da Assembleia colocou em votação, as contas do exercício de 2013, que foram aprovadas por unanimidade. Após, no **ITEM SEGUNDO** da ordem do dia, referente à destinação das sobras do exercício de 2.013 (dois mil e treze) assim compostas bases para destinações legais e estatutárias R\$ 1.222.420,60 (um milhão duzentos e vinte dois mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta centavos), Reserva Legal R\$ 122.242,06 (cento e vinte e dois mil duzentos e quarenta e dois reais e seis centavos), FATES R\$ 61.121,03 (sessenta e um mil cento e vinte e um reais e três centavos), e o fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição R\$ 611.210,30 (seiscentos e onze mil duzentos e dez reais e trinta centavos), e as sobras líquidas de R\$ 427. 847,21 (quatrocentos e vinte sete mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte um centavos), a disposição da assembleia foram destinadas, por unanimidade ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição. Dando-se continuidade à assembleia, foi feita a leitura do **TERCEIRO ITEM** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal para o exercício de 2014 (dois mil e quatorze). Informou-se à Assembleia que houve a apresentação de duas chapas com os seguintes membros: **CONSELHO FISCAL EFETIVOS CHAPA 01:** Anderson da Silva Prudêncio, matrícula 38.298; Cleber Luiz Oliveira da Silva, matrícula 20.699; Tiago Fogaça da Silva, matrícula 36.003; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES CHAPA 01:** Alvaci da Silva Manoel, matrícula 29.398; Ariosvaldo Borges, matrícula 18.369; Gilmar Valmor Vieira, matrícula 16.930. **Em seguida foi apresentada os membros do CONSELHO FISCAL CHAPA 02:** Iara Amandio Martinez, matrícula 29.673; Eduardo Michels Zata, matrícula 38.329; Antônio dos Santos, matrícula 8.799; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES CHAPA 02:** Evanor Osmar Prudêncio, matrícula 35.739; Rafael Fernando Serpa, matrícula 37.901; Santos Otavio Castanheti, matrícula 3.289. Feita a leitura das chapas, foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 29 de março de 2.014, das 08:00 às 17:00 horas, neste mesmo local, sendo os eleitos empossados após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **QUARTO ITEM** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC. Para presidir a votação desta matéria, mais uma vez foi levado à votação da assembleia o nome do associado Rafael Córneo Zaccaron, que aprovado conduziu a mesma, levando a matéria em discussão e não havendo manifestações dos presentes, sugerido pela administração que os valores se mantivessem os mesmos sendo eles: **a) R\$ 8.250,00** (oito mil, duzentos e cinquenta

reais) de pró-labore ao exercício da Presidência; **b)** R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi feita a leitura do **QUINTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.014 (dois mil e quatorze). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.013 (dois mil e treze) e que prevê a aplicação de R\$ 1.515.000,00 (um milhão quinhentos e quinze mil reais), esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Logo após foi lido o **SEXTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES. Como proposta de numero 01 (hum) sugerida pela administração que os valores ficassem a disposição do Conselho de Administração para atendimento social, proposta numero 02 (dois) sugerido pelo associado Quintino Pavei que ficasse 50% dos recursos do FATES para a Fundação Social Hospitalar de Içara - Hospital São Donato, e 50% dos mesmos para o Conselho de Administração, posto em discussão para aprovação, foi aprovada por maioria a proposta numero 01 para que os recursos do FATES ficassem a disposição do Conselho de Administração para atendimento social no valor de R\$ 61.121,03 (sessenta e um mil cento e vinte e um reais e três centavos). **SÉTIMO ITEM** que se refere aos assuntos gerais. Deixado à disposição dos associados, o associado Eloi Ramos Borges sugeriu que as cotas partes dos associados fossem aumentadas de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para R\$ 100,00 (cem reais) para capitalizar a empresa. O associado Valmor Rosso sugeriu que juntamente com apresentação das contas anuais fossem incluídas a demonstração do fluxo de caixa. Logo após o presidente da assembleia disse que as sugestões ora apresentadas serão levadas ao Conselho de Administração para avaliação. Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente agradeceu a presença dos associados e comunicou que a assembleia continuará em aberto até as 17h00min (dezessete) horas do dia 29 (vinte e nove) de março de 2.014, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 2.249 (dois mil duzentos e quarenta e nove) associados e apurou-se o seguinte resultado: O CONSELHO FISCAL CHAPA 01 – 1.447 (hum mil quatrocentos e quarenta e sete); CONSELHO FISCAL CHAPA 02 725 (setecentos e vinte cinco) associados; BRANCOS: 07 (sete) votos; NULOS 70 (setenta) – votos. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2.014 os integrantes da CHAPA 01 (hum), assim composta: **CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: Anderson da Silva Prudêncio**, brasileiro, casado em regime de CPB, empresário, nascido em 01/02/1979, portador da cédula de identidade n.º 3.537.557, expedido pela SSPSC; Inscrito no CPF sob n.º 026.299.709-65; residente na Rod. ICR 357, João Marcelo n.º 358, Bairro Vila São José, Içara SC; **Cleber Luiz Oliveira da Silva**, solteiro, comerciante, nascido em 08/12/1970, portador da cédula de identidade n.º 2.154.586, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 641.517.199-20, residente na Rua Altamiro Guimarães, n/s, Bairro Centro – Içara – SC; **Tiago Fogaça da Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, nascido em 15/03/1984, portador da cédula de identidade n.º 3.597.832, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 046.924.829-74, residente na **Rua João Lodetti**, nº 105, Apto 201 Bairro Centro – Içara – SC; **CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTE: Alvaci da Silva Manoel**, brasileira, casada em regime de CUB, comerciante, nascido 02/12/1959, portadora da cédula de identidade de n.º 1.085.224, expedido pela SSPSC; inscrito no CPF de n.º 017.886.589-30, residente na Rod. ICR 351 n.º 4.444, Bairro Boa Vista Içara SC; **Ariosvaldo Borges**, brasileiro, casado em regime de CUB, zelador, nascido em 30/07/1964, portador da cédula de identidade de n.º 2.150.271, expedido pela SSPSC; inscrito no CPF de n.º 619.488.619-68, residente na Rua Gravatal n.º 442, Bairro Centro Balneário Rincão SC; **Gilmar Valmor Vieira**, brasileiro, casado em regime de CUB, padeiro, nascido em 23/01/1960, portador da cédula de identidade de n.º 1.085.281, expedido pela SSPSC; inscrito no CPF de n.º 450.943.909-10, residente na Rua Onísio Francisco Pedro s/nº, Bairro Centro, Balneário Rincão, SC. Os eleitos para o Conselho Fiscal declaram que: a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”, c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia. Em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 101/2001, do DNRC, certificamos que estavam presentes na assembleia realizada a partir das 19h00min horas do dia 28/03/2014, 185 (cento e oitenta e cinco) associados e que, no dia 29/03/2014, votaram 2249 (dois mil duzentos e quarenta e nove) associados, conforme cópias autênticas das listas de presença que passam a fazer parte integrante desta ata e observando o quorum legal foram designados 10 (dez) cooperados para assiná-la, que segue: Ângela Vieira de Jesus, Juliana Duarte Esser Augustinho, Antenor Ferreira

D'ávila, Max Dagostin de Mello, Júlio Borges, Gelson Possamai, Gabriel Schonfelder de Sousa, Marcos Carlos Petry, Rodrigo da Silva Gonçalves e Hudson Ricardo Colonetti. Em virtude da impossibilidade de se colher neste instrumento a assinatura de todos os presentes. Esta ata foi produzida por meio eletrônico.

Içara SC, 29 (vinte e nove) de março de 2.014.

Jorge Rodrigues
Presidente

Severiano Antônio Valentim
Secretário

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira - Contador

Supervisão

Reginaldo de Jesus – Gerente Administrativo

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Mateus Dalmolin - Departamento Comercial

Rafael Bacis – Departamento TI

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos e Segurança do trabalho

Tais Pacheco – Departamento de Comunicação

Auditoria

Müller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Ofício circular nº 155/2013 de 23/01/2013 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software